



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

|                    |  |
|--------------------|--|
| <b>Processo nº</b> | 10166.907230/2009-17   |
| <b>Recurso nº</b>  | Voluntário   |
| <b>Acórdão nº</b>  | <b>3201-001.201 – 2<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária</b> |
| <b>Sessão de</b>   | 25 de fevereiro de 2013  |
| <b>Matéria</b>     | CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL-COFINS                |
| <b>Recorrente</b>  | CURINGA DOS PNEUS LTDA   |
| <b>Recorrida</b>   | FAZENDA NACIONAL   |

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

Ano-calendário: 2005

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO.

O CARF, não tem competência para apreciar, determinar pedido de cancelamento de Per/Dcomp, após proferida qualquer decisão administrativa.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO - Presidente.

MÉRCIA HELENA TRAJANO DAMORIM - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcos Aurélio Pereira Valadão, Mércia Helena Trajano D'Amorim, Marcelo Ribeiro Nogueira, Paulo Sérgio Celani, Daniel Mariz Gudiño e Luciano Lopes de Almeida Moraes.

## Relatório

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 29/04/2013 por MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM, Assinado digitalmente em 2 9/04/2013 por MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM, Assinado digitalmente em 06/05/2013 por MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

Impresso em 07/05/2013 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

O interessado acima identificado recorre a este Conselho, de decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília/DF.

Por bem descrever os fatos ocorridos, até então, adoto o relatório da decisão recorrida, que transcrevo, a seguir:

*“Tratam os autos da Declaração de Compensação (DCOMP) de nº 02452.30793.150206.1.3.04-7607, transmitida eletronicamente em 15/2/2006, com base em créditos decorrentes de pagamento indevido ou a maior relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.*

*A partir das características do DARF foi identificado pelos sistemas da RFB, que o referido pagamento havia sido utilizado integralmente, de modo que não existia crédito disponível para efetuar a compensação solicitada. Assim, em 9/6/2009, foi emitido eletronicamente o Despacho Decisório (fl. 5), cuja decisão **não homologou** a compensação dos débitos confessados por inexistência de crédito. O valor do principal correspondente aos débitos informados é de R\$ 18.251,89.*

*Cientificado, via postal, dessa decisão em 18/6/2009 (fl. 47), bem como da cobrança dos débitos confessados na Dcomp, o sujeito passivo apresentou em 17/7/2009, **manifestação de inconformidade** à fl. 3 e 4, acrescida de documentação anexa.*

*A contribuinte esclarece que “assiste razão a essa Secretaria, posto que tais PER/DCOMP foram e caminhados indevidamente, razão pela qual devem ser cancelados”. Diante disso, reconhecendo ter cometido erro de caráter formal, a contribuinte dá por apropriado o procedimento dessa Secretaria, quanto ao não acolhimento dos PER/DCOMP objeto da presente Manifestação de Inconformidade.*

*É o relatório.”*

O pleito foi indeferido, no julgamento de primeira instância, nos termos do acórdão DRJ/BSB nº 03-46.677, de 12/01/2012, proferida pelos membros da 4ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília/DF, cuja ementa dispõe, *verbis*:

**“ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

*Ano-calendário: 2005*

**DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. INCOMPETÊNCIA DA DRJ NÃO INSTAURAÇÃO DO CONTRADITÓRIO.**

*Compete às DRJ conhecer e julgar em primeira instância, após instaurado o litígio, impugnações e manifestações de inconformidade em processos administrativos fiscais. Não há litígio quando não se discute a existência do crédito que fundamentou o ato de não homologação, mas apenas as consequências da não-homologação da Declaração de Compensação.*

*Manifestação de Inconformidade Não Conhecida*

*Sem Crédito em Litígio”*

O julgamento foi por não tomar conhecimento da manifestação de inconformidade.

Regularmente cientificado do Acórdão proferido, o Contribuinte, tempestivamente, protocolizou o Recurso Voluntário, no qual, reproduz as razões de defesa constantes em sua peça impugnatória.

O processo digitalizado foi distribuído e encaminhado a esta Conselheira.

### Voto

Conselheiro MÉRCIA HELENA TRAJANO DAMORIM

O presente recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade, razão por que dele tomo conhecimento.

A recorrente, em 13/01/2006, através da PER/DCOMP nº 34.538.90359.130106.1.3045201, procedeu a compensação da contribuição para Cofins devida em dezembro/2005. No entanto, em 15/02/2006, encaminhou PER/DCOMP de nº 02452.30793.150206.1.3.04-7607, para fins de compensação da mesma contribuição (Cofins) devida em janeiro/2006.

A situação fática é a acima descrita, daí, a recorrente, solicita o cancelamento do PER/DCOMP transmitido em 15/02/2006, que alega encaminhamento indevido.

De acordo com a informação do Despacho Decisório, à fl. 5, indicando que não resta crédito disponível para compensação dos débitos informados no Per/Dcomp, portanto não possível a sua homologação.

No caso, a recorrente solicita o cancelamento do Per/Dcomp.

Assim sendo, esta instância administrativa de julgamento-CARF, não tem competência para apreciar, determinar este tipo de pedido, pós proferida qualquer decisão administrativa. Logo, nega-se o recurso voluntário.

Como bem ressaltou, a decisão *a quo*:

*A título de orientação, para cancelar o PER/DCOMP objeto dos autos, o contribuinte deveria ter seguido o procedimento previsto no artigo 82 da IN nº 900, de 30 de dezembro de 2008, que trata da desistência de pedido de compensação, antes de proferida qualquer decisão administrativa.*

*Art. 82. A desistência do pedido de restituição, do pedido de ressarcimento, do pedido de reembolso ou da compensação poderá ser requerida pelo sujeito passivo mediante a apresentação à RFB do pedido de cancelamento gerado a partir do programa PER/DCOMP ou, na hipótese de utilização de formulário em meio papel, mediante a apresentação de*

Documento assinado digitalmente conforme formulário em meio papel, mediante a apresentação de  
Autenticado digitalmente em 29/04/2013 por MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM, Assinado digitalmente em 2  
9/04/2013 por MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM, Assinado digitalmente em 06/05/2013 por MARCOS AURELIO  
PEREIRA VALADAO

Impresso em 07/05/2013 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*requerimento à RFB, o qual somente será deferido caso o pedido de restituição, o pedido de ressarcimento, o pedido de reembolso ou a compensação se encontre pendente de decisão administrativa à data da apresentação do pedido de cancelamento ou do requerimento.*

*Parágrafo único. O pedido de cancelamento da Declaração de Compensação será indeferido quando formalizado após intimação para apresentação de documentos comprobatórios da compensação.*

Diante do exposto, voto por negar provimento ao recurso voluntário, prejudicados os demais argumentos.

MÉRCIA      HELENA      TRAJANO      DAMORIM      -      Relator